Universidades Lusíada

Sousa, António Jorge Duarte Rebelo de, 1952-
Quintino, António Manuel

Dos condicionalismos à mobilidade social em Portugal : o caso particular da endogamia no casamento

http://hdl.handle.net/11067/940

Metadados

Data de Publicação 2013

Resumo O presente estudo pretende analisar se existe ou não endogamia nos casamentos (ou nas uniões de facto), bem como sintonizar se as diferenças de estatuto sócio-económico e de grau de instrução constituem factores de divórcio. Procurou-se, ainda, averiguar se, no caso de sucesso da relação, o elemento mais "forte" induz uma aproximação do elemento mais "fraco", contribuindo para uma efectiva mobilidade social vertical na sociedade portuguesa. Foram tidas em linha de conta contribuições teóricas de...

Palavras Chave Mobilidade social - Portugal, Mobilidade educacional - Portugal, Casamento - Aspectos sociais - Portugal, Divórcio - Portugal - Estatísticas, Divórcio - Portugal - Modelos matemáticos

Tipo article

Revisão de Pares Não

Coleções [ULL-FCEE] LEE, n. 17 (2013)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-04-26T20:04:12Z com informação proveniente do Repositório

http://repositorio.ulusiada.pt

DOS CONDICIONALISMOS À MOBILIDADE SOCIAL EM PORTUGAL:

O CASO PARTICULAR DA ENDOGAMIA NO CASAMENTO

António Rebelo de Sousa
Universidade Lusíada de Lisboa
Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (Universidade de Lisboa)

António Manuel Quintino
Instituto Superior Técnico (Universidade de Lisboa)

Resumo: O presente estudo pretende analisar se existe ou não endogamia nos casamentos (ou nas uniões de facto), bem como sintonizar se as diferenças de estatuto sócio-económico e de grau de instrução constituem factores de divórcio.

Procurou-se, ainda, averiguar se, no caso de sucesso da relação, o elemento mais "forte" induz uma aproximação do elemento mais "fraco", contribuindo para uma efectiva mobilidade social vertical na sociedade portuguesa.

Foram tidas em linha de conta contribuições teóricas de vários autores, com destaque para JALOVAARA, sendo, ainda, de destacar que se procedeu a um inquérito com tipificação de várias classes de rendimento e de grau de instrução, tendo sido construída uma função discriminante, com o intuito de classificar o estado civil de um indivíduo.

Convém salientar o trabalho desenvolvido pela Eurosondagem, SA e o apoio concedido pela Fundação Millennium-BCP e pela Universidade Lusíada, sem os quais o presente estudo não teria sido possível.

Abstract: The aim of the present study is to analyze not only if there is inbreeding among marriages (or among unmarried partners), as well as to identify if the differences both of social-economic status and education level constitute a reason for divorce.

The present study also aims at checking if, in the case of a successful relationship, the "strongest" element leads to the approach of the "weakest" element, thus creating a vertical social effective mobility within the Portuguese society.

As regards such matter, theoretical contributions of various authors were taken into consideration, namely JALOVAARA.

An enquiry was also carried out, which was duly classified according to several family income classes and education levels and a discriminating function was also created with the view of classifying the marital status of an individual.

Emphasis shall also be given to the work developed by Eurosondagem,SA and to the support given by both Fundação Millennium-BCP and Universidade Lusíada, without which such study would not be feasible.

1. Introdução

Em Setembro de 2012, um dos autores do presente artigo contactou o Prof. Louis Putterman na bem conhecida Brown University, em Providence (U.S.A.), o qual estava, na oportunidade, a realizar um interessante estudo sobre a mobilidade social nos Estados Unidos da América.

A ideia consistia em se procurar caracterizar os casamentos (bem como as uniões de facto) do ponto de vista da existência ou não de endogamia, analisando-se, por conseguinte, a proveniência dos membros do casal, em termos de estatuto sócio-económico e de segmentação por graus de instrução, procurando-se atender a critérios objectivos.

Pretendia-se analisar se uma parte significativa dos casais não pertencia ao mesmo estrato sócio-económico e em termos de grau de instrução e se, por exemplo, uma percentagem considerável dos divórcios não resulta da existência de proveniências distintas nos membros do casal.

E se, no caso de existência de proveniências distintas, mas de sucesso na relação, o elemento mais "forte" não induzia uma aproximação por parte do elemento mais "fraco", contribuindo para a "homogeneização" e, portanto, num certo sentido, para a mobilidade do casal.

Tendo sido lançado o desafio pelo Professor Putterman de se procurar fazer o mesmo tipo de estudo em Portugal, entenderam os autores que tal fazia todo o sentido, indo-se ao encontro de um dos aspectos centrais da Teoria dos Três Diamantes do Bem-Estar[1].

Em boa verdade, de acordo com a sobredita teoria, estabelece-se uma relação entre o Novo Diamante Macroeconómico, o Novo Diamante Empresarial (Microeconómico) e o Diamante da Relatividade Económica.

E enquanto que o Novo Diamante Macroeconómico assenta na consideração da Confiança, da Modernização, das Parcerias Estratégicas, da Pesquisa e da Investigação, da Formação e da Educação e das Políticas de Investimento como factores de Sucesso, o Novo Diamante Empresarial atribui particular relevância às formas de organização empresarial, às políticas de produto e à segmentação dos

1 SOUSA, António Rebelo de in "Da Teoria da Relatividade Económica Aplicada à Economia Internacional e às Políticas de Cooperação", Univ. Lusíada Editora, 2004, pag 442.

mercados-alvo, às formas alternativas de implantação empresarial e às diferentes formas de adequação às condições de funcionamento dos mercados locais e o Diamante da Relatividade Económica (que se inspira na Teoria da Relatividade Económica) procura explicar o sucesso de políticas orientadas para a maximização da função Bem-Estar Social a partir da consideração do padrão de desenvolvimento, da dinâmica desenvolvimentista, das estruturas participativas, da Good Governance, das infraestruturas sociais e da mobilidade social.

A mobilidade social aparece, por conseguinte, nesta construção teórica, como um factor de bem-estar, considerando-se não apenas a mobilidade horizontal como a vertical.

Ora, a aproximação do elemento mais "fraco" ao mais "forte" do casal, ao longo de um processo de convivência existencial, contribui, inegavelmente, para uma maior mobilidade social.

Deste modo, entenderam os autores que se justificava, plenamente, a realização do referido estudo, tendo contactado a Eurosondagem, SA, a qual manifestou toda a disponibilidade para realizar os indispensáveis inquéritos.

Os autores não querem, ainda, deixar de agradecer à Universidade Lusíada e à Fundação Millennium – BCP o apoio concedido à concretização dos sobreditos inquéritos, sem os quais os autores não teriam estado em condições de realizar o presente estudo.

2. Contribuições de JALOVAARA, da Universidade de Helsinquia[2].

Convirá, já agora, proceder a uma análise comparativa com o que se passa numa economia mais desenvolvida do que a portuguesa.

É o caso da economia finlandesa, tendo Marika JALOVAARA realizado um estudo, particularmente, interessante, estudo esse que permitiu chegar a diversas conclusões.

Assim, afigura-se possível concluir que, na generalidade dos casos, o risco de divórcio para os casais com um nível educacional mais baixo se apresenta menor do que o que, à partida, se esperaria. As mulheres empregadas ou domésticas com maridos empregados teriam casamentos comparativamente mais estáveis.

Já as mulheres em que o marido ou o casal, em conjunto, estivessem desempregados estariam confrontados com um elevado risco de divórcio.

Enquanto que um rendimento mais elevado do marido reduz o risco de divórcio na sociedade finlandesa, um incremento no rendimento da mulher, ceteris paribus, contribui para aumentar o risco do divórcio, sobretudo quando o rendimento da mulher se apresenta superior ao do marido.

Curiosamente, vários autores, como Greenstein e Oppenheimer, concluíram

2 JALOVAARA, Marika – "The joint effects of Marriage partners – Socioeconomic positions on the risk of Divorce", University of Helsinki, vol 40, nº 1, Fev. 2003.

que o aumento do rendimento das mulheres é uma das causas da ruptura em casamentos no século XX[3].

As mulheres tenderiam a ganhar mais confiança com a independência económica, muito embora autores como ROSS e SAWHILL sugerirem que o aumento dos recursos da mulher tende a afectar a estabilidade do casamento em dois sentidos diferentes, a saber:

- um maior volume de recursos do casal leva a que a ruptura do matrimónio se apresente menos atractiva para as duas partes (efeito rendimento);

- a independência económica da mulher leva-a a tomar a decisão de romper com mais facilidade quando tem um casamento infeliz, tornando, por conseguinte, difícil antever o resultado final decorrente da independência financeira.

Da análise levada a cabo por estes autores não resulta, todavia, claro se o factor determinante de uma maior independência das partes é o rendimento da mulher em relação ao do marido (factor que radica em aspectos de natureza cultural e psicológica), se é o rendimento em valor absoluto da mulher ou se é o rendimento conjunto (segmentação social assente no nível de rendimento).

Todavia, a partir de alguns estudos[4], afigura-se possível concluir (mesmo em sociedades desenvolvidas como a Finlandesa) que quando o rendimento da mulher se apresenta mais elevado do que o do homem existe uma maior tendência para o divórcio.

Em muitas situações, o casamento "heterogâmico" (que o mesmo é dizer "marrying across social and cultural boundaries") é tido como um factor de menor qualidade na relação matrimonial, aumentando o risco de ruptura do casal[5].

Tal teria a ver com a ausência de objectivos básicos comuns, situação que já não ocorreria quando existissem estatutos sócio-económicos (e culturais) semelhantes, permitindo, em princípio, uma maior solidariedade matrimonial e uma maior felicidade conjugal.

Em síntese, quanto maior fosse a similitude de contribuições para o agregado, maior seria a tendência para a estabilidade matrimonial.

Curiosamente, alguns estudos evidenciam que, nos EUA, a existência de um estatuto sócio-económico privilegiado dos maridos reduz o grau de probabilidades de ocorrência do divórcio, para tal também contribuindo a estabilidade no emprego por parte do marido (e, naturalmente, do lado da própria mulher)[6].

Por outro lado, estudos sobre a sociedade americana, bem como sobre o

3 Vide, a este propósito, Greenstein, T.N., 1990, in "Marital Disruption and the Employment of Married Women", Journal of Marriage and the Family, 52, pags 657-76 e Oppenheimer, V.K., 1997, in "Women's Employment and the gain to marriage: the specialization and Trading Model", Annual Review of Sociology, 13: 431-53.

4 Vide BECKER, GS; E.M. LANDES e RT MICHAEL, 1977, in "An Economic Analysis of Marital Instability", "Journal of Political Economy", 85, 1141-87.

5 LEWIS, R.A.; SPANIER, GB – "Theorizing About the Quality and Stability of Marriage" in "Contemporany Theories About the Family", Vol I, Ed. W.R. BURR, NY, Free Press, 1979, 268-94.

6 HOFFMAN, S.D.; DUNCAN, G.J., 1995, "The Effect of Incomes, Wages and AFDC Benefits on Marital Disruption", Journal of Human Resources, 30, 19-42.

que se passa nos países escandinavos[7], permitiram concluir da existência de uma relação directa entre os níveis de educação das mulheres e o risco de uma ruptura no relacionamento entre os membros dos casais, chegando mesmo alguns autores a concluir que o risco de divórcio ou de separação é, ainda, maior quando se constata que o grau de instrução é maior na mulher do que no homem (questão de heterogamia educativa ou ao nível do grau de instrução)[8].

Sendo certo que os estudos existentes parecem concluir que existe uma correlação positiva entre a melhoria do nível de rendimento das mulheres e o número de divórcios, convirá proceder a uma abordagem socioeconómica mais profunda desta questão.

A Finlândia, por exemplo, era uma economia predominantemente agrária, tendo conhecido um processo rápido de industrialização a partir dos anos 60, sendo certo que, em finais dos anos 60, princípios dos anos 70, a taxa de participação das mulheres na população activa era mais elevada do que em qualquer outro país da OCDE.

De facto, depois da II GGM, o Sector Público conheceu uma grande expansão, o que permitiu que se criassem novas oportunidades de emprego para as mulheres, possibilitando a sua conciliação com a vida familiar.

Assim, em 1990, a taxa de participação na população activa das mulheres casadas com idades compreendidas entre os 25 e os 45 anos era de 86% (e de 95% para os homens casados). Acresce ao que se disse que, contrariamente ao sucedido com outras mulheres escandinavas, as finlandesas tendiam, em regra, a preferir trabalhar "full time".

Assim, em 1990, apenas 11% das finlandesas empregadas trabalhavam menos do que 30 horas por semana, enquanto que as suecas nessa situação correspondiam a 25% das mulheres empregadas, as dinamarquesas a 30% e as norueguesas a 40%.

A aprovação de legislação relativa ao divórcio não litigioso ("no default divorce"), em 1988, terá, porventura, contribuído para um aumento do número de divórcios[9].

De acordo com a nova legislação, as mulheres passaram a dispor do direito de obter o divórcio por mútuo entendimento ou por iniciativa unilateral, após um período de espera de seis meses ou se o casal tivesse residido separadamente por dois anos.

De qualquer forma, o risco do divórcio não deve ser só analisado na perspectiva ou em função do nível de rendimento de um dos membros do casal, antes se devendo, também, atender à posição relativa do marido e da mulher.

No caso finlandês, em 1990, a percentagem de uniões de facto era já muito

7 FINNÄS, 1995, "Entry Into Consesual Unions and Marriages Among Finnish Women Born Between 1938 and 1967", Population Studies, 57-70.

8 BUMPASS, L.L.; CASTRO MARTIM; SWEET, J.A. – "The Impact of Family Background and Early Marital Factors on Marital Disruption", Journal of Family Issues, 1991, Vol 12, 22-42.

9 Quando se fala em "no default divorce" pretende-se significar dissolução sem se tornar necessário argumentar com comportamento faltoso do cônjuge (o que se prende com os valores do respeito, da fidelidade, da coabitação, da cooperação e assistência).

elevada, correspondendo a cerca de 16% dos casais. A situação mais corrente consistia em iniciar-se uma relação com a união de facto, evoluindo-se, posteriormente, para o casamento formal imediatamente antes ou após o nascimento do primeiro filho.

As mulheres com uma proveniência sócio-económica mais baixa tenderiam a mostrar-se mais abertas a uniões de facto, menos interessadas no casamento antes do nascimento do primeiro filho, ao contrário das mulheres pertencentes a estratos mais privilegiados.

Curiosamente, num estudo levado a cabo em princípios de 1990, o risco do divórcio na Finlândia era mais elevado nos primeiros três anos de casamento.

Na distribuição das mulheres por níveis de instrução foram considerados três, a saber: o ensino básico, o ensino secundário e o ensino universitário.

No que respeita às actividades, foram consideradas cinco categorias, a saber: empregadas, desempregadas, estudantes, pensionistas e grupo residual[10].

No caso concreto da Finlândia, em 59% dos casais o nível de instrução de marido e de mulher é semelhante, mas só em 30% os dois elementos atingem o mesmo nível de rendimento, acontecendo que em 60% dos casos os maridos dispõem de um rendimento superior ao das mulheres, apenas se constatando uma relação inversa em 10% dos casos.

Uma análise que se pretenda mais criteriosa implica a consideração de uma diversidade de variáveis, tais como a idade dos filhos e a situação económico-social e profissional dos membros do casal, pelo que se utilizarmos uma regressão de Poisson (i.e., uma regressão linear composta "a la Poisson") podemos considerar os divórcios função de um conjunto de variáveis explicativas, a saber:

$E\ (d_i\ )/V_i = exp_i\ (a + b_1\ x_{1i} + b_2 + x_{2i} + \cdots + b_p x_{pi}\ )$ em que corresponde ao número esperado de divórcios por cada classe i, é o número de casamentos bem-sucedidos por cada classe i, são as variáveis explicativas e são os parâmetros a estimar.

De acordo com os estudos levados a cabo por JALOVAARA, os factores sócio-económicos podem influenciar o risco de divórcio, muito em particular as actividades desenvolvidas pelas mulheres.

Os casais com um risco de divórcio igual a 1 são aqueles em que nenhum dos membros tem um grau de instrução acima do básico.

O risco de divórcio diminui com a elevação do grau de instrução dos casais, apresentando-se mais baixo quando ambos os membros do casal completaram o ensino terciário.

Curiosamente, o risco de divórcio apresenta-se superior quando um dos membros do casal tem o grau de instrução mais baixo e o outro já tem um grau de instrução secundário (mais do que quando ambos têm um grau de instrução baixo).

Por outro lado, o risco de divórcio de casais em que ambos os elementos estão empregados ou em que a mulher é doméstica e o marido está empregado apresenta-

10 Faria, em princípio, mais sentido utilizar o critério das classes de rendimento.

se reduzido. Já o risco de divórcio se apresenta maior quando o marido está desempregado, o mesmo, aliás, sucedendo quando um dos membros é pensionista e o outro está empregado, havendo, ainda, algum risco de divórcio quando um elemento é estudante e o outro está empregado.

Mais, ainda, o risco de divórcio apresenta-se menor quando o rendimento da mulher se apresenta mais baixo do que o do homem do que na situação inversa.

Se incluirmos a educação, constatamos que um nível mais elevado (de rendimento e de grau de instrução) da mulher em relação ao marido constitui um factor de divórcio, o que será independente da idade dos filhos do casal.

De um modo geral e não obstante o risco de divórcio dos casais com baixo nível de instrução, afigura-se possível concluir que os casamentos em que ambos os membros do casal têm o mesmo grau de instrução são mais estáveis (i.e., a homogamia favorece a estabilidade nos casamentos).

Importa, ainda, concluir que existe um elevado risco de divórcio quando ambos os membros do casal estão desempregados, sendo, todavia, maior o risco no caso de desemprego do marido[11].

Pressupondo-se que os agentes antecipam "cenários previsíveis", as mulheres poderão antecipar a possibilidade de divórcio, esforçando-se no sentido de conseguirem um bom posicionamento no mercado de trabalho.

Finalmente, as mulheres com menores níveis de instrução na Finlândia demoram mais tempo a passar das uniões de facto para os casamentos, o que parece indicar uma maior selectividade na decisão, em função de uma pré-análise dos eventuais riscos de separação.

O caso finlandês afigura-se importante para uma análise comparativa que procure explicar a mobilidade no caso específico de Portugal.

Mesmo tratando-se de uma sociedade economicamente mais desenvolvida e com padrões culturais superiores aos existentes no nosso país, constatam-se alguns factores de bloqueio a uma maior mobilidade social, sendo certo que se torna possível assinalar a existência de uma tendência endogâmica – com reprodução das relações sociais anteriormente existentes – ao nível dos casamentos e das uniões de facto.

3. Do caso português

3.1. Enquadramento.

Com o apoio da Eurosondagem – Estudos de Opinião, SA, realizou-se um inquérito (que decorreu entre 11 e 25 de Março de 2013), o qual teve como objectivo avaliar o grau de relação entre níveis diferenciados de formação académica (ou de instrução) e de rendimento dos membros de um casal e a consistência da relação

11 A título de curiosidade, diga-se que as taxas de desemprego na Finlândia, em 1990, rondavam os 2,6% para as mulheres e os 2,5% para os homens.

conjugal.

Estimou-se que a população residente em Portugal Continental, casada ou em união de facto ou, ainda, divorciada, corresponderia a cerca de sete milhões de pessoas.

Foram efectuadas 680 entrevistas aleatórias, correspondendo à amostra utilizada um erro máximo de 3,76%, sendo, ainda, de destacar que as sobreditas entrevistas se repartiram por várias zonas geográficas do País, de forma a reflectir o respectivo peso populacional e a tornar a amostra não enviesada, o que teria sucedido se, porventura, se concentrasse em zonas urbanas / rurais ou do litoral / interior

Assim, as 680 entrevistas foram repartidas por 34 concelhos, tendo-se apurado que 18,5% das entrevistas (126) reflectiram membros divorciados, o que, aliás, se aproxima da média nacional de agregados nesta situação (vide Quadro I).

QUADRO I

	Entrevistas		
Concelhos	Casados	Solteiros	Total
Albufeira	17	3	20
Alcácer do Sal	18	2	20
Aveiro	17	3	20
Braga	14	6	20
Caldas da Rainha	17	3	20
Covilhã	17	3	20
Espinho	15	5	20
Faro	18	2	20
Felgueiras	18	2	20
Figueira da Foz	18	2	20
Guimarães	16	4	20
Lisboa	12	8	20
Lisboa 2	14	6	20
Loulé	14	6	20
Loures	18	2	20
Mafra	18	2	20
Odivelas	14	6	20
Oeiras	16	4	20
Penafiel	19	1	20
Portalegre	16	4	20
Portimão	18	2	20

Porto	14	6	20
S. Pedro do Sul	20	0	20
Santarém	11	9	20
Seixal	12	8	20
Serpa	18	2	20
Sintra	16	4	20
Torres Novas	20	0	20
V. N. Gaia	19	1	20
Vendas Novas	18	2	20
Viana do Castelo	13	7	20
Vila do Conde	13	7	20
Vila Real	19	1	20
Viseu	17	3	20
TOTAL	**554**	**126**	**680**

Em termos metodológicos, optou-se pela realização de entrevistas telefónicas, realizadas de forma aleatória, tendo sido colocadas 18 questões, tendo toda a informação recolhida sido gravada em suporte informático e analisada estatisticamente.

As questões em causa visavam registar a situação económica e de escolaridade de cada um dos membros do casal (ou do ex-casal), aquando do princípio da relação entre ambos e aquando da data da entrevista.

Importa, ainda, referir que dez por cento das entrevistas foram ouvidas em simultâneo com a sua realização, sem conhecimento do entrevistador, sendo certo que, sempre que foram detectadas incorrecções, as mesmas foram anuladas.

Quanto às diferentes "classes de instrução", considerou-se uma divisão, em termos simplificados, entre os membros do casal que têm menos do que o 9º ano de escolaridade, os que têm o 9º ano, os que dispõem do 12º ano ou de frequência universitária, os licenciados e, finalmente, os que obtiveram o grau de Mestre ou o Doutoramento.

No que concerne às classes de rendimento, considerou-se como correspondendo à classe I (BAIXA) todos os que auferem um rendimento anual bruto inferior a 7 000 euros, à classe II (MÉDIA BAIXA) todos os que auferem um rendimento anual bruto entre 7 000 e 20 000 euros, à classe III (MÉDIA MÉDIA) todos os que auferem um rendimento anual bruto entre 20 000 e 40 000 euros, à classe IV (MÉDIA ALTA) todos os que auferem um rendimento anual bruto entre 40 000 e 80 000 euros e à classe V (ALTA) todos os que auferem um rendimento anual bruto superior a 80 000 euros.

Note-se que se fez corresponder as classes de rendimento às classes consideradas

em sede de escalões do IRS[12].

QUADRO II

P-2	Qual das seguintes classes de rendimento bruto é a do entrevistado, actualmente?
	Baixa (até 7.000€/ano)
	Média Baixa (7.000 a 20.000€/ano)
	Média Média (20.000 a 40.000€/ano)
	Média Alta (40.000 a 80.000€/ano)
	Alta (Mais de 80.000€/ano)

P-6	Qual das seguintes classes de instrução é a sua, actualmente (do entrevistado)?
	Inferior ao ensino básico anterior (9ºano)
	Ensino básico anterior (9º ano)
	12º ano ou frequência universidade
	Licenciatura
	Mestrado ou Doutoramento

Quanto à distribuição dos entrevistados por sexo existe uma importante diferença entre o número de mulheres (488) e o número de homens (192), não se tendo estabelecido um sistema de quotas, o que poderia levar a alguns enviesamentos, caso o propósito deste estudo fosse o de estabelecer uma escala ordinal entre homem e mulher, mas dado que o objectivo é o de analisar as assimetrias em termos absolutos e respectivas consequências, a identidade do inquirido torna-se redundante.

Todavia, o próprio conteúdo do questionário e a forma como foram conduzidas as entrevistas permitiram, de alguma forma, minimizar os riscos de enviesamento.

Ao longo das entrevistas, procurou-se saber o nível de instrução e a classe de rendimento a que pertenciam os membros do casal no início da relação e a situação existente no presente, procurando-se analisar a evolução ocorrida.

Nos casos em que a relação não conheceu sucesso, procurou-se identificar em que medida as diferenças de grau de instrução ou de nível de rendimento tiveram ou não influência na separação.

A análise efectivada não apenas pretendia determinar se existe ou não tropismo endogâmico nos casamentos e nas uniões de facto como, também, se o sucesso da relação passa ou não por um esforço do mais "fraco" para se aproximar do mais "forte" e se, a haver diferenças entre a mulher e o homem, a existência de um estatuto social superior do homem em relação à mulher é tida como algo mais aceitável do que a situação inversa, podendo a diferença de estatuto estar na origem do insucesso da relação, sobretudo nos casos de manifesta superioridade da mulher.

12 Vide Quadro II, correspondente às perguntas 2 e 4.

3.2. Aplicação de testes estatísticos às diferenças de médias mencionadas nos capítulos subsequentes.

Uma vez que se constata que o agrupamento das variáveis em cinco classes de rendimento e em cinco classes de escolaridade não se ajusta de forma estatisticamente significativa a distribuições normais gaussianas, após a realização do teste de Kolmogorov - Smirnov – Z que rejeita uma distribuição normal (vide Fig 1), o que constitui um pressuposto do teste de diferença de médias do teste t-student e da Análise de Variância (ANOVA), enveredou-se por uma metodologia diferente.

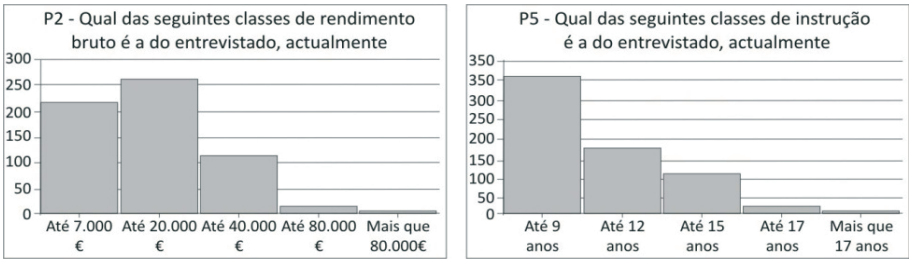


Fig.1

Desta forma, os testes de t-student e da Análise de Variância (ANOVA) foram substituídos pelas alternativas não paramétricas para a diferença de médias, respectivamente pelo teste de Kolmogorov – Smirmov (K S – teste) e pelo teste de Kruskal – Wallis para amostras independentes.

Estes testes não exigem qualquer pressuposto inicial relativamente à distribuição de variáveis, o que se aplica, por inteiro, aos resultados do inquérito.

3.3. Análise agregada de rendimentos e grau de instrução dos entrevistados.

3.3.1. Análise agregada de rendimentos dos entrevistados.

Constata-se que, quer aquando do início da relação, quer actualmente, a média salarial dos casais divorciados é superior à dos casais casados, para as 680 entrevistas efectuadas (Quadro III).

QUADRO III

	Rendimentos anuais à data do início da relação		
	Estado Civil		
Entrevistado	Casado	Divorciado	Média
Feminino	9.034 €	16.720 €	12.877 €
Masculino	11.168 €	18.274 €	14.721 €
Média	10.101 €	17.497 €	13.799 €

	Rendimentos anuais actuais		
	Estado Civil		
Entrevistado	Casado	Divorciado	Média
Feminino	10.755 €	20.792 €	15.773 €
Masculino	12.863 €	20.405 €	16.634 €
Média	11.809 €	20.598 €	16.204 €

Tal facto permite, em parte, explicar que um maior desafogo económico pode ser um factor que elimine os condicionalismos que levam a manter uma relação menos conseguida. Os resultados para uma efectiva diferença de médias de rendimentos em coluna (casado ou divorciado) são estatisticamente significativos com um nível de confiança de 99%, quer para o teste de Kruskal-Wallis, quer para o KS – teste.

3.3.2. Análise agregada de graus de instrução dos entrevistados.

Constata-se que, quer aquando do início da relação, quer actualmente, a média de graus de instrução dos casais divorciados é superior à dos casais casados, para as 680 entrevistas efectuadas (Quadro IV).

QUADRO IV

	Grau de Instrução à data do início da relação (anos de escolaridade)		
	Estado Civil		
Entrevistado	Casado	Divorciado	Média
Feminino	8,4	12,0	10,2
Masculino	9,1	11,0	10,0
Média	8,7	11,5	10,1

	Grau de Instrução actual (anos de escolaridade)		
	Estado Civil		
Entrevistado	Casado	Divorciado	Média
Feminino	8,6	12,6	10,6
Masculino	9,3	11,4	10,4
Média	9,0	12,0	10,5

Tal facto pode, em parte, explicar-se pela correlação que existe entre o rendimento e o grau de instrução, pelo que se apresenta natural que, por inferência, também os divorciados apresentem níveis de escolaridade superiores aos dos casados, seja à data do início da relação, seja no presente.

Os resultados para uma efectiva diferença de médias de rendimentos em coluna (casado e divorciado) são estatisticamente significativos com um nível de confiança de 99%, quer para o teste de Kruskall-Wallis, quer para o KS-teste.

3.4. Análise agregada de rendimentos do entrevistado e cônjuge / ex-cônjuge.

Vamos considerar as seguintes questões que suportam a análise de rendimentos aos membros do casal ou ex-casal, aquando do início da relação e aquando da recente data da entrevista:

Questões: P2 – Qual das seguintes classes de rendimento bruto é a do entrevistado actualmente? P3 – Qual das seguintes classes de rendimento é a do cônjuge ou da pessoa com que vive maritalmente, actualmente? P4 – Aquando do princípio da relação a qual das seguintes classes de rendimento pertencia (o entrevistado)? P5 – Aquando do princípio da relação, a qual das seguintes classes de rendimento bruto pertencia o cônjuge ou a pessoa com que vive maritalmente?

A. Diferença de rendimentos à data do início da relação e actualmente.

Nos casais que conservam a relação, o "gap" de rendimentos médios anuais que se constata "antes" e "depois da separação" é de 2.352 € (5.605€ - 3.253€) constatando-se um incremento de mais de 72%. Apesar de os valores considerados serem a preços correntes, reflectindo, portanto, o natural aumento dos salários nominais, a diferença entre membros expurga, naturalmente, esse efeito (vide Quadro V).

QUADRO V

	P2-P3 Diferença de rendimento bruto actualmente (euros)	P4-P5 Diferença de rendimento bruto aquando do início da relação (euros)
Casados	5605	3153
Divorciados	15544	8079

Nos casais que não conservam o matrimónio, o "gap" de rendimentos médios anuais que se constata na situação "antes" e "actual", é de 7.464€ (15.544€ -8.079€), isto é, mais 92% de "gap". O facto dos valores de rendimentos serem a preços correntes e portanto reflectirem o aumento salarial ao longo dos anos, leva-nos a concluir que a diferença entre membros pode conter parte deste efeito.

Constata-se, assim, um afastamento salarial de uma forma mais evidente nos casais divorciados na situação à data do início da relação e na data actual face ao que se constata com os casados. Isto pode significar que diferentes progressões profissionais e salariais poderão explicar, em parte, a situação de divórcio. Os resultados são estatisticamente significativos com um nível de confiança de 95%, para o teste não paramétrico de Wilcoxon Signed Ranks Test, para amostras independentes e emparelhadas, seja para casados, seja para divorciados.

B. Diferença de rendimentos entre casados e divorciados.

Importa, ainda, referir, por outro lado, que se constata que a diferença entre membros do casal aquando do início da relação é diferente entre os casais que permaneceram casados (3.253) e os que se divorciaram (8.079), i.e., a relação entre o segundo diferencial e o primeiro é de 148%. Também aqui os resultados são estatisticamente significativos, com um nível de confiança de 99%, quer para o teste de Kruskal-Wallis, quer para o KS-teste. Esta é uma análise interessante, pois indicia que se no início da relação existe uma maior diferença salarial, a propensão ao divórcio é superior.

Da mesma forma, constata-se que a diferença de rendimentos entre membros do casal actualmente (à data da entrevista) é diferente entre casais casados (5.605€) e para casais divorciados (15.544€), isto é, de 9.939€, mais 177%. Os resultados são estatisticamente significativos com um nível de confiança de 99%, quer para o teste de Kruskal-Wallis, quer para o KS-teste.

Se testarmos se existe uma diferença robusta entre os "gaps" atrás referenciados entre casados e divorciados, actualmente e à data da entrevista, (4.827€ e 9.939€, respectivamente), constata-se de facto que a diferença é estatisticamente significativa com um nível de confiança de 99%, quer para o teste de Kruskal-Wallis, quer para o KS-teste.

Esta é uma análise que reforça o exposto nos parágrafos anteriores, pois indicia que o "gap" salarial entre casados e divorciados é maior para estes últimos se comparados os rendimentos aquando do início da relação e actualmente, evidenciando não só diferentes situações à partida, aquando do início da relação entre casados e divorciados, como também que essas diferenças se acentuam ao longo do tempo, dando uma imagem nítida de diferentes progressões profissionais e salariais entre os ex-cônjuges dos casais divorciados.

3.5. Análise do grau de instrução do entrevistado e do cônjuge / ex-cônjuge.

Vamos, agora, considerar as seguintes questões que suportam a análise do grau de instrução dos membros do casal ou do ex-casal, aquando do início da relação e aquando da data de realização da entrevista:

Questões: P6 – Qual das seguintes classes de instrução é a sua, actualmente (do entrevistado)? P7 – Qual das seguintes classes de instrução é a do cônjuge ou da pessoa com quem vive maritalmente, actualmente? P8 – Aquando do princípio da relação, a qual das classes de instrução pertencia (o entrevistado)? P9 – Aquando do princípio da relação, a qual das classes de instrução pertencia o cônjuge?

C. Diferença de grau de instrução à data do início da relação e actualmente.

Nos casais que conservam o matrimónio, o "gap" de grau de instrução médio anual que se constata entre a situação "aquando do início da relação" e "actualmente" é de 0,2 anos de escolaridade (1,2-1), correspondendo a um incremento de 20% (vide Quadro VI).

QUADRO VI

	P6-P7 Diferença de instrução actualmente (anos de escolaridade)	P8-P9 Diferença de instrução aquando do início da relação (anos de escolaridade)
Casados	1,2	1,0
Divorciados	1,9	1,3

Já para os casais divorciados, existia uma diferença média de grau de instrução entre ambos os membros do casal de 1,3 anos de escolaridade, aquando do início da relação, constatando-se que a sobredita diferença passa para 1,9 anos de escolaridade à data da entrevista e após o divórcio, i.e., verifica-se a existência de um "gap" de 0,6 anos, correspondendo a um incremento de 46%.

Deste modo, constata-se um afastamento no grau de instrução mais evidente nos casais divorciados na situação à data do início da relação, bem como no

presente, comparativamente com os que permanecem casados.

Tal poderá significar que diferentes progressões académicas ou que diferenças intelectuais (ou culturais) estarão, porventura, na origem da situação de divórcio.

Note-se que os resultados se apresentam estatisticamente significativos a 95% para o teste não paramétrico de Wilcoxon Signed Ranks Test, para amostras independentes e emparelhadas, seja para casados, seja para divorciados.

D. Diferença de grau de instrução entre casados e divorciados.

Por outro lado, constata-se que a diferença de grau de instrução entre membros do casal aquando do início da relação é diferente entre casais casados (1,0) e para casais divorciados (1,3), isto é, um "gap" de 0,3, i.e., mais 30%. No entanto, os resultados não são estatisticamente significativos a mais de 70%, quer para o teste de Kruskal-Wallis, quer para o KS-teste. Este facto está em linha com a normal compreensão das relações, pois confirma que à partida, não existe um gap significativo no nível de instrução entre casados e divorciados, enquanto subconjuntos da população global.

À data da entrevista constata-se que a diferença de grau de instrução é diferente entre casais casados (1,2) e para casais divorciados (1,9), isto é, um "gap" de 0,7 i.e. mais 58%. Os resultados são estatisticamente significativos com um nível de confiança de 95%, quer para o teste de Kruskal-Wallis, quer para o KS-teste.

Esta é uma análise que reforça o exposto nos parágrafos anteriores, pois indicia que o "gap" de grau de instrução entre casados e divorciados é maior para estes últimos se comparado o grau de instrução actualmente, evidenciando que serão as diferentes progressões académicas ao longo da vida do casal (e não no início) que poderão explicar em parte a situação de divórcio.

3.6. Função discriminante para classificar o estado civil do casal em função das variáveis mais explicativas.

Considerando-se o evidente poder explicativo da diferença de rendimentos e de grau de instrução para o estado civil do entrevistado, foi construída uma função discriminante, com o objectivo de classificar o estado civil de um indivíduo, sabendo, apenas, "à priori" um número restrito de variáveis, cuja significância, após a aplicação da Análise Discriminante Múltipla (MDA), se resume no Quadro VII.

QUADRO VII

Coeficientes da Função Discriminante

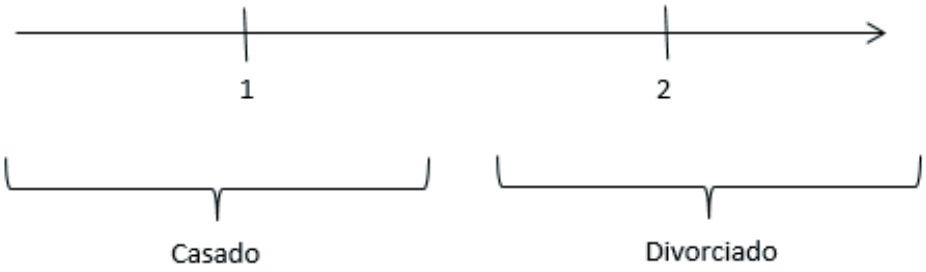
Variáveis	Coeficiente
(P2-P3) Qual das seguintes classes de rendimento bruto actualmente	5,88E-05
(P4-P5) Qual das seguintes classes de rendimento bruto anteriormente	2,76E-05
(Constante)	-0,718

Coeficientes não standartizados

Desta forma, a equação para se determinar o provável estado civil de um entrevistado seria:

$$Z = -0{,}718 + 5{,}88 \times 10^{-5} \times (P_2 - P_3) + 2{,}76 \times 10^{-5} \times (P_4 - P_5),$$

Sendo,
P2 – rendimento bruto do entrevistado, actualmente;
P3 – rendimento bruto do cônjuge ou pessoa com que vive / vivia maritalmente, actualmente;
P4 – rendimento do entrevistado aquando do princípio de relação;
P5 – rendimento bruto do cônjuge ou pessoa com que vivia maritalmente aquando do princípio da relação.



A análise discriminante acima mencionada permite aferir que 82,5% dos entrevistados foram correctamente classificados através desta função, conforme se explica no Quadro VIII.

QUADRO VIII

Resultado da classificação pela Análise Discriminante

		Qual o seu estado civil?	Previsão de pertença a um dos grupos p/ Análise Discriminante		Total
			Casado	Divorciado	
Dados Originais	Nº	Casado	542	12	554
		Divorciado	107	19	126
	%	Casado	97,8	2,2	100,0
		Divorciado	84,9	15,1	100,0

82,5% dos grupos iniciais foram correctamente classificados

Afigura-se possível afirmar que, dos 554 entrevistados casados, 542 foram classificados correctamente através da função discriminante e 12 de forma incorrecta.

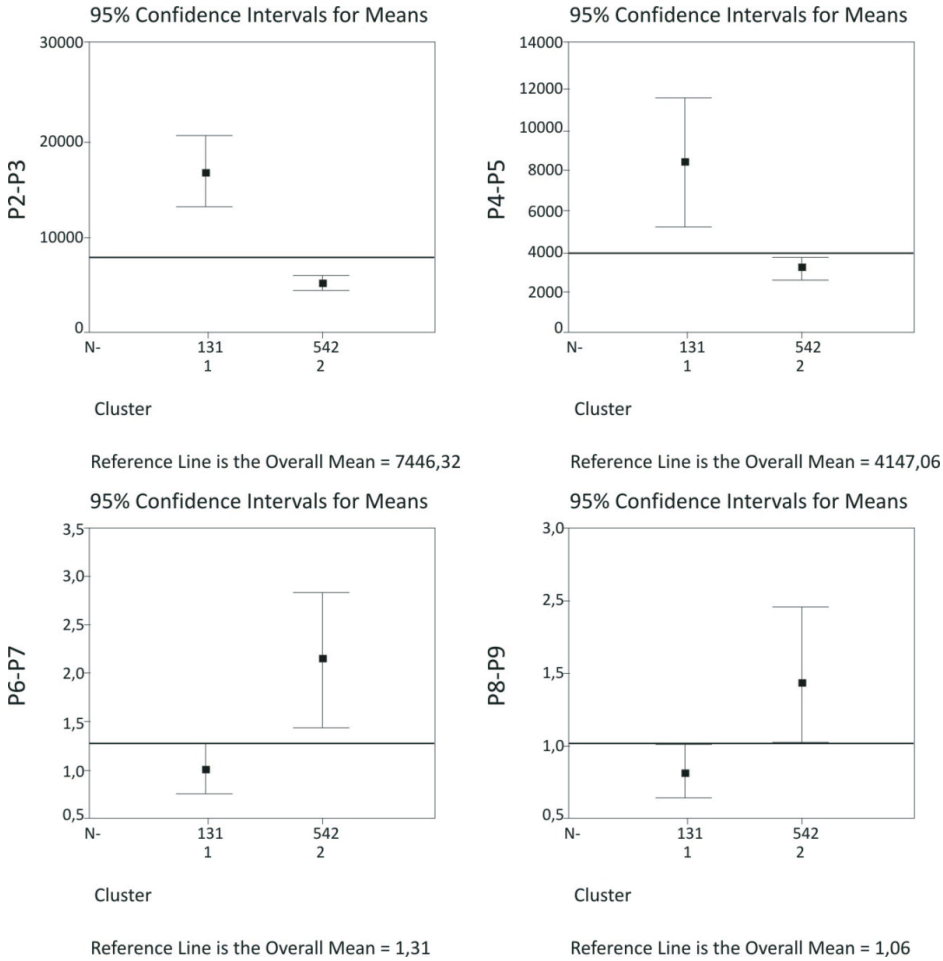
Dos 126 entrevistados divorciados, 107 foram classificados incorrectamente através da função discriminante e 19 de forma correcta.

Desta forma, a classificação de indivíduos dentro do grupo de casados tem uma probabilidade superior de acerto que a sua classificação no grupo dos divorciados.

3.7. Aplicação de análise de "clusters" para classificar o estado civil do casal.

A aplicação de análise de "clusters" permite confirmar a evidente segmentação na classificação do estado civil do entrevistado: casado (1) e divorciado (2) (ver no eixo horizontal dos gráficos seguintes), sendo representadas as diferenças entre as médias de cada Cluster (casados ~ 1 e divorciados ~2), para cada uma das questões consideradas: diferença de rendimentos, (P2-P3), (P4-P5) e diferença de graus de instrução, (P6-P7), (P8-P9) (vide Quadro IX).

QUADRO IX



Mais uma vez se constata a robustez e a clareza na classificação destes dois grupos (casados e divorciados) tendo por base um reduzido conjunto de 4 questões.

Estamos, assim, em condições de formular algumas conclusões sobre a experiência portuguesa, no que concerne à existência ou não de tendências endogâmicas e de influência do estatuto sócio-económico e do grau de instrução na manutenção ou não de relações matrimoniais.

De alguma forma as conclusões a que chegamos têm que ver com o maior ou menor grau de abertura e de mobilidade social existentes na sociedade portuguesa.

4. Das Conclusões

O presente estudo pretendia, como se disse, analisar se existe ou não endogamia nos casamentos (ou nas uniões de facto), bem como sintonizar se as diferenças de estatuto sócio-económico e de grau de instrução constituem factores de divórcio.

Importava, ainda, averiguar se, nos casos de sucesso da relação, o elemento mais "forte" induz uma aproximação do elemento mais "fraco", contribuindo para uma efectiva mobilidade social vertical na sociedade portuguesa.

Foram tidas em linha de conta, na formulação das questões, contribuições teóricas de vários autores, com destaque para JALOVAARA, o qual procurou estudar, em profundidade, os factores de mobilidade (designadamente, ao nível das relações matrimoniais) na sociedade finlandesa.

Recorreu-se à realização de um inquérito com tipificação de várias classes de rendimento e de grau de instrução.

Com base nos resultados obtidos, concluíu-se que, quer aquando do início da relação, quer no presente, a média salarial dos casais divorciados é superior à dos casais casados, podendo tal facto explicar que um maior desafogo económico possa ser um factor de eliminação dos condicionalismos que levam a manter uma relação, mesmo quando apresenta algumas debilidades.

Por outro lado, quer aquando do início da relação, quer actualmente, a média de graus de instrução dos casais divorciados é superior à dos casais casados, o que, aliás, se explica pelo facto de existir uma correlação positiva entre o rendimento e o grau de instrução.

Uma outra conclusão importante consiste na constatação de um afastamento salarial mais evidente nos casais divorciados do que nos casados, o que poderá significar que diferentes progressões profissionais (e salariais) poder ser parte relevante da explicação da situação de divórcio.

O "gap" salarial tende a agravar-se, ao longo do tempo, nos divorciados em relação aos casados, o que, de alguma forma, não permite concluir que se mantém um maior grau de homogeneidade, em termos de rendimento, nos casais que não se divorciam do que nos que se divorciam.

Em termos dinâmicos, o "gap" de graus de instrução tende a agravar-se mais nos casais divorciados do que nos casais que mantêm a relação, havendo, por conseguinte, uma maior homogeneidade nos segundos do que nos primeiros.

A partir dos dados existentes, construíu-se uma função discriminante, com o intuito de classificar o estado civil de um indivíduo, a saber;

$$Z = -0{,}718 + 5{,}88 \times 10^{-5} \times (P_2 - P_3) + 2{,}76 \times 10^{-5} \times (P_4 - P_5),$$

A análise discriminante efectivada permite aferir, como se disse, que 82,5% dos entrevistados foram correctamente classificados.

A aplicação da análise de "clusters" para a classificar o estado civil do

casal, leva-nos a concluir pela existência de robustez na classificação (e na caracterização) dos dois grupos considerados.

Do estudo conclui-se existir uma certa tendência endogâmica nas relações matrimoniais.

Tal apresenta-se natural, uma vez que se afigura compreensível que pessoas que frequentam as mesmas Escolas, os mesmos amigos e o mesmo meio social tendam a estabelecer, com um maior grau de probabilidades, naturalmente, uma relação de tipo matrimonial do que pessoas que dispõem de poucas oportunidades de contacto.

O que se apresenta, verdadeiramente, relevante é o reconhecimento da existência de uma menor tendência assimetrizante nos casais bem sucedidos do que nos casais que se divorciam, desde que tal resulte de um esforço de aproximação por parte do elemento mais "fraco" em relação ao mais "forte".

Muito embora o estudo não permita chegar a essa conclusão de uma forma irrefutável, as análises realizadas permitem concluir que, havendo melhorias assinaláveis no estatuto remuneratório e no grau de instrução do elemento mais "forte", tende a existir um "esforço" mais consistente de acompanhamento do elemento mais "fraco" que se apresenta marginalmente mais relevante nos casais bem sucedidos do que nos casos de divórcio (no caso particular da vertente grau de instrução).

Em síntese, constata-se que muitas das características e dos bloqueios existentes na sociedade portuguesa se apresentam semelhantes ao caso finlandês, sendo, por conseguinte, compatíveis com sociedades economicamente desenvolvidas e com padrões culturais superiores.

Dir-se-ía que existem factores que condicionam a relação matrimonial que são transversais a várias sociedades, explicando a indispensabilidade de associar, cada vez mais, os factores de mobilidade social à existência de condições propiciadoras de uma maior motivação dos elementos mais "fracos" no acompanhamento da progressão dos mais "fortes".

Daí que se afigure relevante conciliar o espírito de iniciativa com a existência de condições de transparência e de criação de condições gerais de enquadramento propiciadoras de uma progressão geral positiva dos elementos integradores da sociedade.

Bibliografia

BECKER, G.S.; E.M. LANDES e R.T. MICHAEL, "An Economic Analysis of Marital Instability", Journal of Political Economy", 85, 1977.

BUMPASS, LL; CASTRO MARTIM; SWEET, JA, "The Impact of Family Background and Early Marital factors on Marital Description", Journal of Family Issues, Vol I, 1991.

FINNAS, "Entry into Consensual Unions and Marriages Among Finnish Women Born Between 1938 and 1967", Population Studies, 1995.

GREENSTEIN, T.N., "Marital Disruption and the Employment of Married